

2

O excesso irracional do objeto

Quando não somos coisa alguma em
nenhum lugar, é ali que ainda somos.
Marcus André Vieira, 2007: 115

2.1

A teoria dos conjuntos

A questão é sobre o ser. Todos nós já nos perguntamos um dia o que é que é. Os que creem em Deus podem se perguntar: quando Ele olha, o que ele vê? Ou: o que Ele diria que fez? Um exemplo simples é se questionar se Ele vê ou fez uma cadeira ou quatro pernas, um acento e um encosto; ou átomos dispersos, ou nenhuma dessas coisas; e se esses componentes são finitos – contáveis – ou não. Uma vez que não dispomos de tal ponto de vista privilegiado, nos resta a “ontologia”.

Badiou (1996) desqualifica todos os discursos para eleger a matemática como a ciência que está apta a dizer o que é possível de ser dito sobre o “ser” (*Ibid.*: 16)¹⁷, colocando a matemática como um discurso que não pode, portanto, afirmar que o ser possui uma natureza matemática. Ela se situa nesse lugar justamente por nada acrescentar e somente discorrer sobre aquilo que se apresenta (ao contrário do que faz a física, por exemplo). A relação matemática-ser é constituída no instante em que a teoria dos conjuntos coloca em forma de axioma, um axioma fundante, que todo objeto é redutível a uma multiplicidade pura, multiplicidade que tem como base a inapresentação do vazio (*Ibid.*: 14-15). Assim, a matemática diz do ser através de axiomas que colocam relações entre o um e o múltiplo, estes últimos sendo as condições *a priori* de qualquer ontologia (*Ibid.*: 29).

Para a dúvida filosófica de estabelecer se o ser é um ou múltiplo, a solução da qual nos valem é a de negar o ser tanto ao um quanto ao múltiplo. Uma vez

¹⁷ Considerando o que foi esclarecido no Interlúdio (I), utilizamos o termo “ser” aqui no sentido de “semblante de ser”, e acrescentamos que “ontologia” deve ser entendida como o discurso proposto por Badiou – quase uma desontologia.

afirmando que a apresentação não é uma multiplicidade senão enquanto o que ela apresenta se deixa contar por um, temos que o um é tão-somente uma operação de contagem, enquanto que o múltiplo é o regime da apresentação (*Ibid.*: 29-30). O um é aquilo que aparece como discretizado, separado, em uma apresentação.

Dir-se-á que toda multiplicidade assim apresentada é uma *situação*. A situação implica o um e o múltiplo que surgem, ambos, a partir da operação de conta-por-um que toda situação admite, ou seja, toda situação apresenta-se como uma coleção de elementos discretizados, contabilizáveis, que dá a ilusão de que o todo se constitui pela simples soma de seus elementos. Uma situação consiste desta dupla multiplicidade: a de uns-contados (multiplicidade consistente), e a que é pensável só-depois da contagem (multiplicidade inconsistente) como a causa da inércia desta última (*Ibid.*: 30). “A ontologia é situação” e, assim, há uma exclusão: o ser *está compreendido* no que se apresenta, mas ele mesmo *não se apresenta* enquanto ser. Dessa forma, a matemática se afasta daquelas ontologias que promovem percursos iniciáticos visando o acesso ao ser uma vez que recusam a limitação colocada pelo múltiplo estruturado da situação. Nesse sentido, disse Lacan: “Será que o um é anterior à descontinuidade? Penso que não, e tudo que ensinei nesses últimos anos tendia a revirar essa exigência de um *um* fechado” (LACAN, 1964: 30) É a exclusão do ser da apresentação que faz com que dele só possa ser dito através de um discurso submetido a uma rigidez formal, como o da matemática (*Ibid.*: 32).

A partir de agora tomaremos a teoria dos conjuntos como ontologia. Nesse ponto podemos retomar o Paradoxo de Russell, para que se entenda que nem toda propriedade ou conceito pode corresponder a conjuntos, porque há casos em que essa correspondência leva a inconsistências na escrita que derrubam toda a linguagem. Tomemos por exemplo o conjunto p formado por todos os conjuntos cujo conceito é “não ser elemento de si mesmo”, $p = \{\alpha \mid \alpha \notin \alpha\}$, que é uma propriedade possuída por todos os conjuntos. Verificaremos então que p só será elemento de si mesmo se não o for e vice-versa, ou seja, $(p \in p) \leftrightarrow (p \notin p)$. Como já visto no primeiro capítulo, o conjunto de todos os conjuntos de conceito

similar¹⁸ equivale ao número atribuível a esse conceito: mas então p se torna infinito, a própria metáfora do ser-múltiplo que irrompe em excesso na estrutura formal da língua quando da tentativa de contá-lo por um (*Ibid.*: 42). Contá-lo como um, torná-lo contável, seria o mesmo que poder defini-lo, e este contrassenso surge na forma do Paradoxo que evidencia um excesso.

É preciso que se entenda de saída que, nesta teoria, elementos não são objetos, e que conjuntos não são totalizações (*Ibid.*: 40): esses “tijolos” necessariamente são, ambos, múltiplos. Uma das formas da relação entre múltiplos é a pertença ($\in$), que quer dizer única e exclusivamente “ser elemento de”: $\alpha \in \beta$ diz que α é uma multiplicidade apresentada por outra multiplicidade (*Ibid.*: 44-45) – como dizemos “aquilo ali (α) é um cavalo (β)”. Deduzimos através desse “apresentada por” que esse sistema axiomático – conhecido como de Zermelo-Fraenkel – pressupõe um múltiplo dado do qual os outros surgem por separação: uma propriedade $\lambda(\alpha)$ induz a separação (em γ) do múltiplo β constituído dos termos que possuem essa propriedade, escrito $\gamma \rightarrow (\beta \mid \lambda(\alpha) \rightarrow \beta \ \& \ (\beta \in \gamma))$. Citar o *axioma de separação* é importante para nós porque ele veicula a exigência ontológica de que a linguagem não induza existências, operando seus axiomas então sobre um múltiplo de existência suposta, um múltiplo antecipado. Essa estrutura reflete a incapacidade da linguagem em dizer que “há”, somente que algo se distingue nesse “há” (*Ibid.*: 47): dizer que “existe γ ” ($\exists \gamma$) é diferente de dizer que “ γ implica em que ...” ($\gamma \rightarrow \dots$, ou seja, “se houvesse γ então ...”).

Mas como surge esse primeiro múltiplo e o que ele é?

Fazendo um curto-circuito com o primeiro capítulo, resumimos que o primeiro existente só pode ser o conjunto vazio ($\emptyset$), conjunto sobre o qual vai operar a função separadora da linguagem e que já identificamos ao sujeito da psicanálise. É a única forma possível de surgimento de um múltiplo inaugural que não revele que o um não é, que não é essência mas contagem, que é falacioso. O sistema axiomático fica em paz quando se escreve uma marca para dizer que, além do que é contado por um, “há nada” (*Ibid.*: 51-52)¹⁹, porque ao mesmo

¹⁸ Conceitos similares são aqueles que aceitam uma relação biunívoca, ou um-um, entre seus elementos – o que se entende mais facilmente quando dizemos possuírem o mesmo tamanho ou extensão (RUSSELL, 2007: 73-88).

¹⁹ A descrição do vazio segue cabendo como uma luva ao sujeito localizável entre significantes: “vagueia na apresentação sob a forma de uma subtração à conta, que já é falacioso apontar como

tempo em que ela expulsa a multiplicidade “ilegal” (veda a sua apresentação), deixa ali algo que representa isso a que toda conta-por-um deve tributo (portanto, desqualifica o um como ser): afinal, o conjunto vazio também é uma multiplicidade não contável por um. Dessa forma, o conjunto vazio, nome próprio do vazio, que vem à existência – $\exists \emptyset$ – pela negação da pertença de qualquer elemento – $\neg \alpha \mid \alpha \in \emptyset$ – é ele mesmo uma sutura (*Ibid.*: 62), qual uma rolha.

A partir da existência primeira do $\emptyset$ os axiomas encarregam-se de derivar as demais. Há dois modos de se ser: 1) como elemento, pela pertença ($\in$) – que já vimos –; e 2) como parte, pela inclusão ($\subset$). Se todo múltiplo apresentado pelo múltiplo α é também apresentado pelo múltiplo β dizemos que α é parte de β : $(\forall \gamma) [(\gamma \in \alpha) \rightarrow (\gamma \in \beta)] \rightarrow (\alpha \subset \beta)$; mas não decorre dessa diferença que elementos e conjuntos sejam distintos em sua natureza: continuam ambos sendo múltiplos. O único detalhe é que a pertença implica na apresentação, pois quando digo $\alpha \in \beta$ digo que α cai sob um conceito que é a conta-por-um que resulta em ou que é β . A inclusão não implica na apresentação: a sutileza da definição matemática de inclusão é que não se pode afirmar a partir dela que tanto α quanto β se esgotam em elementos.

2.2

O excesso

O *axioma dos subconjuntos* articula presença e inclusão definindo um tipo especial de conta-por-um em um conjunto dado α que é recolhida um outro conjunto chamado “partes de”, que se escreve $p(\alpha)$ e que conta as partes de α como elemento: $\beta \subset \alpha \rightarrow \beta \in p(\alpha)$ (*Ibid.*: 58). Dessa forma, a conta-por-um é estendida ao que, num múltiplo, se distingue daquilo que já está contado, ou seja, daquilo que se apresenta. Se o conjunto dos múltiplos que pertencem a α é igual a α : $\alpha = p(\alpha)$, o conjunto dos múltiplos incluídos em α não o é: $p(\alpha) \neq \alpha$ (*Ibid.*: 75). Na medida em que α é a própria estrutura apresentativa, $p(\alpha)$ é então “uma outra conta que “fecha” a primeira porquanto todas as subcomposições de múltiplos

ponto, pois ela não é nem local nem global, estando antes espalhada por toda a parte, em lugar algum e em todo lugar, como o que nenhum encontro autoriza a considerar como apresentável” (*Idem*).

internos, todas as inclusões, são reunidas por ela” (*Ibid.*: 75). A estrutura implica nesta reduplicação da conta ou conta da conta.

Mas o que nos interessa diretamente e que justifica toda essa nossa imersão na teoria dos conjuntos, é que é possível demonstrar que $p(\alpha) > \alpha$, o que é posto pelo *teorema do ponto de excesso*. Esse é um teorema ontológico crucial que diz que *$p(\alpha)$ possui pelo menos um elemento α mais que α* (*Idem*), o que é demonstrado da mesma forma como Russell entristeceu Frege: toma-se um α supostamente existente e “separa-se” dele um múltiplo que será então uma parte existente, um conjunto γ formado por todos os múltiplos ordinários de α , i.e., múltiplos que pertencem a α mas não pertencem a si mesmos: $\gamma = \{\beta \mid \beta \in \alpha \ \& \ \beta \notin \beta\}$ – lê-se: “ γ é composto de todo β tal que ...”; γ é o *subconjunto ordinário* de α , e segue-se daí que:

$$\gamma \subset \alpha \rightarrow \gamma \in p(\alpha) \dots \rightarrow \gamma \notin \alpha !$$

Porque, para se ter que $\gamma \in \alpha$ então ele é ordinário, do que decorre que tem que pertencer ao subconjunto ordinário. Só que o subconjunto ordinário é ele mesmo (γ), e então temos que $\gamma \in \gamma$ o que implica em ele ser não-ordinário. Uma vez assim, γ não pode pertencer mais aos ordinários, ou seja, a si mesmo, $\gamma \notin \gamma$, o que implica em ele ser ordinário... A prova de que $\gamma \notin \alpha$ vem pelo absurdo de que se $\gamma \in \alpha$ ele é ordinário e não-ordinário ao mesmo tempo. Então há pelo menos um elemento $\gamma \mid \gamma \in p(\alpha) \ \& \ \gamma \notin \alpha$.

O *teorema do ponto de excesso* mostra que “nenhum múltiplo está em condição de fazer um de tudo o que inclui” (*Ibid.*: 76), há o que escapa à conta por um que é α . Não se pode dizer que se $\gamma \subset \alpha$ então $\gamma \in \alpha$ para nenhum α , porque “a inclusão excede irremediavelmente a pertença” (*Idem*). Se a passagem para $p(\alpha)$ é uma operação “em excesso absoluto sobre a própria situação” que é α (*Ibid.*: 75), é por que o “recurso imanente” de cada múltiplo ultrapassa esse mesmo múltiplo como conta-por-um (*Ibid.*: 76).

Com as suas definições de pertença e inclusão e com a suposição da existência de um múltiplo pelo *axioma da separação*, a ontologia afina com a asserção da psicanálise de que só se existe *no Outro*, que não se pode existir por si

mesmo (BADIOU, 1994: 96) e que a estrutura psíquica definida como constituída de significantes é como esse Outro se apresenta como contado-por um (*Ibid.*, 97): isso é a pertença. Essa “discretização” do Outro, porém, é resultado de uma contagem que, ela mesmo “não sendo”, permite que se evidencie por um outro tipo de contagem – a do conjunto partes – que há um excesso embutido na situação e que não se apresenta – no que completamos e guardamos para comentário posterior: ou que só se faz notar em ocasiões especiais, episodicamente. Esse incluído é mantido não apresentado pela estrutura significante, que recolhe-o sob a figura do sujeito na forma do vazio que é paradoxalmente, como já vimos até no primeiro capítulo, o suporte que permite que a contagem-por-um seja possível. Assim, a estrutura mantém fora da apresentação tanto o sujeito como vazio quanto esse excesso, pois os dois ameaçam a estrutura apresentativa com a revelação do caráter fictício da contagem-por-um.

Identificamos o *objeto a* teorizado por Lacan, o objeto da psicanálise, a esse excesso, o outro aspecto do vazio que é aquele de esconder em si como “algo não contável” o que do ser-do-múltiplo não é contável. Já mostramos através do Paradoxo de Russell que o múltiplo ordinário de um múltiplo, que é esse ponto de excesso, não é atribuível a um número finito: é esse imensurável mesmo que faz $p(\alpha) > \alpha$.

O que dissemos é a prosa matemática que explica o primeiro esquema da divisão que nos apresenta Lacan (1962-63: 36):

$$\begin{array}{l|l} A & S \\ \$ & A/ \\ a & | \end{array}$$

Ou seja: a constituição do sujeito como uma divisão do Outro suposto por (o encontro com) um mítico sujeito-como-ser, dando como resultado ao mesmo tempo um Outro constituído como significantes e um sujeito privado de seu ser por uma contagem-por-um, restando, apesar disso, algo mais desse Outro e que também é desse sujeito²⁰:

²⁰ Esta asserção será abordada ainda no presente capítulo.

Em relação ao Outro, o sujeito dependente desse Outro inscreve-se como um cociente. [...]. Não é por isso, se assim posso dizer, que ele corta o Outro em rodela. Há, no sentido da divisão, um resto, um resíduo. Esse resto, esse Outro derradeiro, esse irracional, essa prova e garantia única, afinal, da alteridade do Outro, é o *a* (*Idem*).

Badiou chama esse resíduo de excesso, mas também denomina de “excrecente” isso que não é apresentado em lugar algum na situação “de maneira separada” (BADIOU, 1996: 86), sendo mesmo o valor desse objeto quando o irrompe na experiência, o resíduo em sua acepção de *lixo*, da qual falaremos, mas não antes de elucidarmos o objeto *a* como *número irracional*.

2.3

O irracional

Partindo da seguinte afirmação de Lacan:

um número chamado irracional [...] não é um número que consiste em algo do qual se pode aproximar indefinidamente, não é submergível na série dos números reais precisamente mais que fazendo intervir uma função da que não é por casualidade que se chamou: o corte. Isto não tem nada a ver com um fim que retrocede como quando vocês escrevem: 0,333333... que é um número perfeitamente comensurável: é um terço de um. Para a diagonal, se sabe desde os gregos, porque é estritamente incomensurável, a saber que nem uma de suas cifras é previsível até o fim dos fins (aula de 16/12/65).

concluimos que teremos que abordar a relação entre o número racional e irracional, a função do corte e a concepção de limite, que depende por sua vez das de infinitude e de série²¹.

Já citamos as séries. Por exemplo, o conjunto dos números naturais é uma coisa e a série dos números naturais é outra; ela depende de que esse conjunto seja posto “em ordem”²², necessitando-se para isso da ação de uma relação que tome todos os termos desse conjunto, dois a dois, que pode ser, por exemplo, a relação “maior do que” ($>$). É simples determinar essa relação no caso dos números naturais: uma vez n e m sendo naturais, são conjuntos de conjuntos de, respectivamente, n e m termos, e aquele que possuir sobra de elementos após a relação um-um entre seus termos será o maior, resultado que podemos imajar

²¹ “A concepção de limite [...] é uma concepção serial” (RUSSEL, 2007: 48).

²² “A ordem não reside na classe de termos, mas na relação entre os membros da classe (*Ibid.*: 50).

posicionando, sobre uma reta, o maior à direita do menor. A relação $>$ é assimétrica (se $x > y$ então $y \not> x$), transitiva (se $x > y$ e $y > z$ então $x > z$), conexa (ou $x > y$ ou $y > z$) e anti-reflexiva ($x \not> x$) (RUSSELL, 2007: 50-51). Há outros tipos de série: por exemplo, as progressões. Uma delas é aquela formada pela relação de sucessão $(n + 1)$.

No pensamento do senso comum há uma confusão. Achamos que quando tomamos outros tipos de números, supostamente mais complexos, estes novos incluem os anteriores como casos especiais, o que não é verdade (*Ibid.*: 85). Genericamente, o inteiro positivo $+m$ é a relação que $n+m$ mantém com n , e o negativo $-m$ a relação que n mantém com $n+m$. A mesma coisa vale para os fracionários ou racionais, quando tomamos m/n por uma relação um-um entre naturais x e y , de forma que $m.y = n.x$ (*Ibid.*: 86). Da mesma forma, a relação $m/1$ não pode ser confundida com o natural m (conjunto de todos os conjuntos com m elementos), uma vez que são objetos distintos (*Ibid.*: 87).

Podemos ordenar os racionais, no entanto, em uma série. Foge ao nosso propósito desenvolver aqui o algoritmo da relação “maior do que” para dois racionais, bastando indicar que ela é possível e gera uma *série compacta*, ou seja, é passível de demonstração que dois termos nunca são consecutivos porque entre eles haverá sempre outros. Por exemplo, entre p/q e m/n há, pelo menos, $(p+m)/(q+n)$ (*Ibid.*: 88).

Dado o que expusemos, é fácil entender que o que fez problema para Lacan e a matemática não foi o número 0,3333..., pois ele pode ser escrito na forma da razão $1/3$ que é perfeitamente posicionável sobre a série dos racionais. A questão é que sabemos, desde Pitágoras, que operando com mensurações – que é um domínio de aplicação das razões, dos números racionais – chega-se a comprimentos não traduzíveis por nenhuma fração: por exemplo, a diagonal do quadrado. Os números relativos a esses comprimentos vieram a ser chamados de irracionais.

Dedekind (1901) problematizou a continuidade na série dos racionais, o que à primeira vista pode parecer estranho uma vez que, sendo esta uma série compacta, intuitivamente não podemos conceber que ela possua “furos”. Tomando esta série como se estendendo infinitamente para a direita e para a esquerda, Dedekind estudou o que acontece na vizinhança de cortes realizados

nessa série, cortes que geram dois segmentos, A e B. Percebeu então que sobre essa reta é possível realizar cortes que não correspondam a nenhum racional. Se D é um inteiro positivo que *não corresponde a quadrado de nenhum número*, então decorre que existe um inteiro λ tal que $\lambda^2 < D < (\lambda+1)^2$. Por exemplo: $(1)^2 < 2 < (2)^2$, e então vale que $1 < \sqrt{2} < 2$. Segue-se uma demonstração complexa que não tem outro fim que o de mostrar que frações partindo da direita de λ ou da esquerda de $\lambda+1$ podem se aproximar de $\sqrt{D}$ sem porém alcançá-lo, pois pela natureza de D de não ser quadrado de nenhum número decorre que o corte $\sqrt{D}$ não é racional (*Ibid.*: 6-7).

Se definimos que o *máximo ou mínimo da série* (ou segmento de reta) *está* na série, e que *limite* é um termo que não está na série mas esta a ele se refere de modo que nenhum elemento da série lhe possa ultrapassar para menos (limite inferior) ou para mais (limite superior), então, considerando um corte correspondendo a um racional ou a um não racional, pode acontecer que (RUSSELL, 2007: 92):

a) A possua máximo e B possua mínimo: trata-se de séries onde há termos consecutivos (p.ex., série dos números naturais, onde o corte fica entre n e $n+1$) – não nos interessa;

A-----máx)(mín -----B

b) A tenha máximo e B não tenha mínimo ou *vice-versa*: o corte incide sobre um racional a , e então pode-se escolher se a é máximo de A (está contido em A) ou mínimo de B (está contido em B); no 1º caso, o máximo de A será o limite inferior de B e, no 2º, o inverso;

A -----máx)----- B ou

A ----- (mín-----B

c) nem A possua máximo e nem B, mínimo: há uma “lacuna”.

A -----○----- B

O último exemplo nos interessa particularmente, pois Dedekind diz que sempre que encontramos um corte não produzido por um racional – corte que leva seu nome – devemos criar um novo número, irracional, que se identifica a esse corte ou que produz esse corte (DEDEKIND, 1901: 7). Assim, Dedekind julgou restabelecer a continuidade dos números na série dos números reais como uma série consistida na mesma série dos racionais porém “enxertada” com os números irracionais. Russel (2007: 94) viu aí um forçamento e até uma desonestidade, já que Dedekind caiu em uma armadilha que ele, Russell, já apontara: a de considerar na mesma série elementos de natureza distinta – ou seja, achar que os domínios podem ser superpostos; que, “no fundo, no fundo”, o que existe mesmo são os números reais. O “horror à lacuna” parece ter assolado Dedekind, que pôs em forma de axioma que esta deve sempre ser preenchida (*Idem*). A questão é que verifica-se com o último caso que *os segmentos racionais não possuem fronteira* – i.e., não possuem nem máximo, nem mínimo, nem limite máximo, nem mínimo – porque não há ali um número que sirva para dizer que nenhum número da série poderá ser menor ou maior que ele: ali não há nada (*Ibid.*: 91).

A série dos racionais é uma e a dos reais é outra, que deverá ser “construída” através de uma nova relação (*Ibid.*: 96). A “postulação” (*Ibid.*, 94) de Dedekind faz ressoar para nós o caminhos das “ontologias da presença” que Badiou nos colocou como vedados pela teoria dos conjuntos: a tentativa de achar o Um por trás do múltiplo. Podemos traçar então um paralelo entre esse número irracional que irrompe no meio das operações racionais como o excesso, a excrescência, do ser-enquanto-ser. Achamos essa afirmativa válida se levamos em consideração que a contagem-por-um com a qual nos deparamos na experiência cotidiana pode ser tornada equivalente à dos números racionais, uma vez que esses números não nos perturbam de forma alguma e tendo em vista que seus elementos recebem o mesmo nome daquela faculdade que insistimos em atribuir à consciência: razão.

O que acabamos de dizer é justamente corroborado com o desenvolvimento da série dos reais que Russel apresenta (*Ibid.*: 95). Ele define os números reais como segmentos, havendo os que correspondem a razões e os sem fronteira. Os primeiros consistem de todas as razões menos a razão que é o limite – que é o número real correspondente. Dessa forma, o que era limite das razões

passa a ser o próprio número real. Por exemplo, o real 1 é a classe das frações menores que 1. O que não era limite, ou seja, os irracionais, surge como limite na série dos reais. Por exemplo, o real $\sqrt{2}$ é o limite dos segmentos correspondentes a razões cujo quadrado é menor que 2, ou o segmento contendo todas as frações cujo quadrado é menor que 2. Uma vez que os segmentos podem ser postos em relação de todo e parte (*Idem*), reencontramos a linguagem da teoria dos conjuntos e, nela, o excesso que representam os números reais que aparecem na recontagem que faz surgir os números reais como uma recontagem como a que é realizada pelo conjunto partes. Poderíamos escrever que: reais = p(racionais).

Lacan ainda aproximou o objeto *a* de um número irracional específico qual seja o *número de ouro* (aula de 31/05/67), recurso que utilizou em um contexto no qual abordava a “contagem das pessoas” em uma relação, ou melhor, a questão da complementaridade entre pessoas, que Lacan resumia com a expressão *relação sexual*. Antes de tratá-lo, porém, precisaremos atingir a dimensão da satisfação na experiência utilizando a linguagem psicanalítica, ou seja: a questão da busca do objeto e a torção que ela sofre com a posição do sujeito frente ao Outro.

2.4

As dimensões do objeto: do desejo, do amor e do gozo

Utilizaremos a orientação geral de Diana Rabinovich (2007: 6) de que há três perspectivas ou dimensões do objeto na psicanálise freudo-lacaniana. Primordialmente, e como condição de possibilidade das outras duas, está a do objeto do desejo, “o objeto perdido da experiência de satisfação alucinatória” tal como Freud o apresentou no capítulo VII da *Traumdeutung* (1900: 593-596) após tê-lo definido no *Projeto* (1950[1895]). As outras duas são a do objeto da pulsão parcial – da qual nos aproximaremos ao final – e a do objeto de amor²³.

Freud construiu um aparelho psíquico baseado no arco reflexo (1950[1895]: 370), porém com alterações que o tornaram bem especial. Nele, um sistema de neurônios deve dar conta de escoar os estímulos aferentes através de ações motoras, mantendo a energia interna no nível mais baixo possível –

²³ Nos valem aqui também do percurso que vai da falta ao objeto *a* como sugerido por DARRIBA, 2005.

princípio conhecido como de inércia neuronal e que desembocou no princípio da constância (*Ibid.*: 348). O complicador é que há, ao lado dos estímulos perceptivos, os que se originam no interior do organismo, dos quais o aparelho não pode se esquivar e que são tomados por este como exigências de trabalho oriundas dos órgãos – que mais tarde Freud batizará de pulsões (*Ibid.*: 349). A satisfação dessas exigências no homem é tal que depende de uma ação específica (*spezifische Aktion*) (*Ibid.*: 369) realizada por alguém, dada a sua imaturação neuro-muscular que não lhe fornece nem a coordenação suficiente para caçar e, talvez o pior, nem o registro interno desse objeto. Feito tábula rasa neste sentido, um aparelho cujos caminhos de escoamento vão sendo trilhados na experiência induz a que se pense na primeira delas.

Essas exigências internas de satisfação das quais o aparelho não pode se esquivar e que aumentam de tempos em tempos – por exemplo, as relativas à fome –, cessam apenas com o encontro com determinados objetos e é aí justamente que Freud separa a satisfação da necessidade da realização do desejo. Se a aceitação pelo bebê de algo que lhe é oferecido e que o mantém vivo, aplacando a pulsão correspondente, quiser ser vista como satisfação de uma necessidade, que se perceba então que esse objeto – leite ou fanta laranja²⁴ – só traduz essa necessidade *a posteriori*: *nachträglich*, ou seja, não há a figura da “intenção” aqui. Darwin (Cf. [1859]) também parece não ter sido bem compreendido nesse ponto, pois sua teoria negaria que os seres abissais desenvolveram olhos “especiais” para adequarem-se à escuridão de seu meio, mas sim que esses olhos surgiram devido à recombinação genética e às mutações entregues ao *puro acaso*, e que permitiram – *a posteriori* – que seus donos vencessem em seu ambiente, ou seja, reproduzissem. Vale a pena insistir nesse ponto: que o homem seja biologicamente classificado entre os mamíferos quer dizer tão-somente que as fêmeas possuem a capacidade de produzir o leite, e não que haja uma relação prévia e complementar entre uma necessidade do bebê e o que a mãe oferece – o que revela o aspecto contingencial do objeto. A radicalidade de Freud é então a de marcar que o bebê não chega ao mundo com

²⁴ “Aquilo que não existe na natureza já é uma criação do desvio das necessidades por parte da linguagem” (MILLER, [1992a]: 191).

necessidades, mas que uma ação específica da mãe possibilita uma montagem que oferece a ele o que buscar, nomeando uma necessidade vazia.

Desse primeiro momento, um trilhamento neuronal será produzido, associando esses três elementos: a exigência, a imagem mnêmica do objeto oferecido e a ação motora de descarga. Num segundo incremento da urgência, esse trilhamento será investido e, com isso, a imagem mnêmica do objeto primordial, o que resultará na alucinação do objeto que surgirá como que se originando no sistema perceptivo, de modo similar ao que acontece no fenômeno dos sonhos, pelo investimento maciço num trilhamento mnésico em movimento regressivo ao do arco reflexo. Se a imagem mnêmica possibilita buscar objetos externos que se aproximem dela por servir de parâmetro de comparação, “trata-se [...] de encontrar uma indicação para distinguir entre percepção e lembrança” (*Ibid.*: 377) pois essa imagem ela mesma deve ser descartada como objeto fruível, no que se constitui como objeto perdido. Decorre daí que uma vez que o descarte da lembrança é possível, o que for encontrado não satisfará plenamente. Freud, assim, inverte a lógica: a imagem não satisfaz, então é a diferença entre a imagem e a próxima aparição que move o homem. Essa tendência a reencontrar (*Wiederzufinden*). Voltar a pôr em cena essa imagem mnêmica, como nos sonhos, é realização de desejo.

A partir dessa definição Lacan pôde então realizar sua crítica aos pós-freudianos, pois, ao sublinhar a “realização” como forma de satisfação do humano – realização cujo objeto se apresenta como irremediavelmente faltoso –, revelou ser incompatível com a experiência freudiana uma teoria da relação de objeto que privilegiava uma concepção de objeto como objeto harmônico, complementar ao sujeito, alcançável ao fim de um desenvolvimento maturacional de sua [do homem] relação com a realidade, como objeto genital (LACAN, 1956-5: 13), isso querendo dizer que o homem assim se sabendo tomaria a mulher como objeto de reprodução e *vice-versa*. Ao contrário, definiu essa busca como impossível por estrutura, e não por um problema natural ou em relação ao social (RABINOVICH, 2007: 15). É importante frisar que a concepção harmônica do objeto levava a psicanálise a um desvio, ao assumir a normalização do sujeito como objetivo inevitável.

Mas, uma vez tendo obtido sucesso na sustentação do lugar central da falta na questão do objeto da psicanálise, Lacan retomou o problema através da noção freudiana de Coisa (*Das Ding*) – do *Projeto* – para atacar a falta como que resultando da perda de algo que supostamente se teria tido. Figurando como um núcleo que permanece exterior ao mundo subjetivo do inconsciente, definido este como uma trama de significantes (LACAN, 1956-57: 91), a Coisa é índice de uma falta na origem mesma, o que a torna condição de possibilidade do desejo. Com isso, uma vez que a Coisa é de acesso impossível²⁵, o gozo – a satisfação – é concebido como interditado ao humano.

Essa solução, porém, coloca a origem do desejo como fora da experiência, o que pode suscitar a infiltração da transcendência na psicanálise. Se o que animou a pesquisa de Freud foi “descobrir a verdade do psiquismo humano na efetividade corporal e na emergência social de toda existência humana” (BAAS, 2001: 21) foi necessário um passo epistemológico a mais de Lacan para assegurar o estatuto ético de uma realidade psíquica (*Ibid.*, 22) que, até esse ponto, era composta de significantes e assombrada pelo fantasma transcendental da Coisa.

Era preciso um objeto que fizesse “substância” dessa falta (DARRIBA, 2005: 70), colocando num plano “material” todos os elementos em jogo na experiência. Fugir da transcendência implica em considerar a “presença” da causa do desejo de alguma forma. Se o desejo insiste e ele se dirige aos objetos, deve-se admitir que na “composição” dos objetos comuns da experiência entre algo que o cause: é a Coisa como que no mundo. A percepção crucial aqui é o fato de a Coisa estar excluída não impedir que ela se represente sempre por outra coisa (LACAN, 1959-60: 149), o que podemos exemplificar de forma clara com as criações artísticas: objetos elevados à Sua dignidade (*Ibid.*: 141).

Mas colocado assim o objeto, com esse brilho, em sua versão agalmática, é ainda algo que se encontra no “mesmo nível” do desejo – “na frente”, como se diz – e não em posição de sua causa; é ainda um objeto visado, de amor: aquele que alimenta todas as ilusões da intencionalidade (“eu quero...”) e da complementaridade (“eu necessito...”). Para cernir esse novo objeto foi preciso olhar mais de perto a repetição, que passou a ser tomada por Lacan como

²⁵ “A coisa está perdida como tal, posto que, para voltar a encontrá-la, seria necessário retornar a todas as contingências de sua aparição” (BLANCO, 2008: 51).

repetição de tropeços (*tyché*), de falhas, e não como repetição “de sucessos” causada pelo girar incessante de significantes (*automaton*, como em um programa). Ou seja, a cadeia signifiante repete o que não conseguiu e, nesse percurso, tropeça. Dizendo de outra maneira, a repetição não é repetição do mesmo, porque ela tropeça no objeto *a* causa dessa repetição e ponto central da órbita da cadeia signifiante. Posto “atrás” do desejo, ele é índice de algo que está de alguma forma incluído na experiência como inassimilável²⁶.

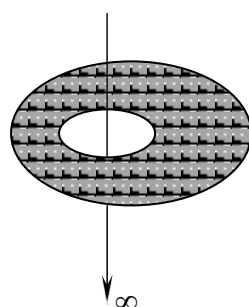
Na linguagem de Freud do *Projeto*, diríamos que o aparelho não tem como reduzir a zero ou manter próximo de zero os estímulos que nele entram e que, em verdade, esse funcionamento do princípio do prazer dá mais bem como resultado uma repetição, que revela um mais além dele (BRODSKY, 2001: 67) e que justifica a teorização do objeto *a* como sua causa.

Em seu décimo seminário, Lacan (1962-63) problematiza a constituição do corpo, quando corpo significa “corpo pensado”, aquele que delimita o que reconhecemos como “nosso corpo”. Podemos resumir esse desenvolvimento dizendo que o corpo é apresentado como uma conta-por-um sobre o real do corpo. Se o objeto *a* nesse seminário é definido como uma extração corporal, como um pedaço que deve cair do corpo como perda justamente para possibilitar a sua constituição, então podemos dizer com a matemática que se ele está no corpo não figura neste como elemento: está nele incluído como parte. Essa perda é perda como elemento, pois que no real não há perda²⁷: é perda operada pela lógica.

Esses pontos de perda não raramente se localizam nos orifícios da superfície corporal que não por acaso são denominados de zonas erógenas. O que caracteriza as zonas erógenas é o fato de elas não poderem ser reabsorvidas pela contagem-por-um, e aparecerem tal qual um número irracional em uma série racional: como uma lacuna. Dizer isso é dizer que uma zona erógena não é um *saco* – com o qual se poderia driblar a descontinuidade uma vez alcançado seu fundo –, mas que ela é um *furo* (VIEIRA, 1999: 47-48):

²⁶ As ideias desse parágrafo foram tomadas de MILLER, 2005c: 48-50.

²⁷ “[...] no real não há buracos” (VIEIRA, 1999: 49).



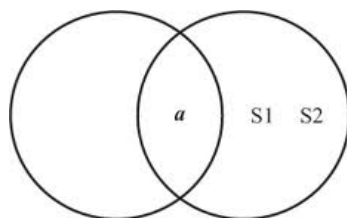
Um furo implica a infinitização, a mesma do número atribuível ao conjunto “partes de”. Podemos então melhorar a nossa fórmula: não é que todo buraco anatômico implica numa abertura para o infinito que contrasta com a conta-por-um do corpo, e sim que qualquer lugar da superfície corporal que implique essa infinitização funcionará como furo ou zona erógena (*Ibid.*: 49). Então, a mortificação que assola o corpo da qual falamos no primeiro capítulo, resultado do avanço do significante sobre ele, é contornável aqui pelo fato de que a conta-por-um alcançar só alcança uma estabilidade pela manutenção dessas zonas de exceção onde o gozo permanece localizado, exilado, enredado nessa infinitização: lembremos que o conjunto vazio é parte de qualquer múltiplo. O traçado da via de satisfação, ou do gozo, ou da pulsão, então é aquele circular que contorna a zona erógena e, assim, contorna um conjunto vazio como lugar do objeto assim extraído. Esse vazio é aquele que, na teoria dos conjuntos, permanece escondido nas partes:

Tudo o que Freud soletra das pulsões parciais nos mostra [...] esse movimento circular do impulso que sai através da borda erógena para a ela retornar como sendo seu alvo, depois de ter feito o contorno de algo que chamo de objeto *a*. Ponho que [...] é por aí que o sujeito tem que atingir aquilo que é, propriamente falando, a dimensão do Outro (LACAN, 1964: 183).

O furo é uma zona de conexão com o Outro, mas com Sua parte – algo como um cabo USB que conecta dois computadores. É um desenvolvimento sutil. Temos que chamar a atenção para o fato de que obtemos o mesmo resultado aplicando a conta-por-um sobre o corpo e sobre o objeto visado: uma parte dominada pelo significante e um furo. Sublinhamos ainda o fato de que dizemos que “temos” um corpo e, nesse sentido, embora “nosso”, o corpo é do Outro, uma

vez que a conta-por-um que ele é realiza-se com significantes do Outro, prévios à sua existência.

O que descrevemos é comumente figurado como:



onde o objeto aparece como uma zona entre si e o Outro que permite ao mesmo tempo sua separação e articulação ou enganchamento. Podemos ler de duas formas diferentes. O círculo da esquerda pode ser tanto o sujeito como figurar como o corpo – nesse último caso é mais fácil ver que os círculos em verdade são os mesmos. A figura facilita a dedução de que a dimensão do gozo assim colocada implica em que direcionar-se ao Outro é direcionar-se ao objeto no Outro, e que isso implica em tratá-Lo como que esquartejado, utilizá-Lo somente como apoio para “recheiar” o traçado da pulsão. O enganchamento se dá então pelo recobrimento de duas faltas, que faz com que o furo da zona erógena e o furo no Outro se imantem. Percebe-se que esse funcionamento não é compatível com aquele do amor, o da tomada do Outro como semelhante e complementar.

2.5

A angústia

Deduz-se também que possam haver situações episódicas nas quais a conta-por-um vacila e o excesso se faça notar como angústia, única tradução subjetiva da presença do objeto *a* (LACAN, 1962-63: 113). O corpo então se desfaz e em assim sendo desaparecem os limites que possibilitam a diferenciação do que é o Outro e do que somos nós: é a emergência do objeto destruindo as construções da linguagem assim como vimos acontecer no Paradoxo de Russell. Uma vez que a “nossa” conta-por-um é um depósito de traços que tomamos emprestado do Outro – o eu, ela é dependente da conta-por-um que fazemos do Outro, ou seja, depende de uma certeza quanto ao que é e o que quer o próximo,

de ele ser tomado como semelhante – ou mesmo de a cultura ser tomada como um conjunto de convenções. A súbita apresentação do Outro como não semelhante levanta a questão sobre Seu desejo e, uma vez que a derrocada de sua conta-por-um é também a da nossa, nos perguntamos que posição ocupamos nele: a indefinição quanto ao que o Outro deseja faz com que a falta que sustenta a conta-por-um vacile. Dessa forma, o nosso “ser”, encontramos-lo articulado ao desejo do Outro.

Como vimos, a falta então não pode ser tomada em sua acepção negativa, como carência, uma vez que é estruturante: é ela que permite a entrada no jogo da negociação, da disputa e do acordo (VIEIRA, 2007: 32); caso contrário, “pode-se tudo”, “quer-se tudo”, “têm-se tudo”, situação geradora de angústia. Sobre a angústia, Kierkegaard (2007), referência para Lacan no assunto, diria que:

[...] é a realidade da liberdade enquanto possibilidade frente à possibilidade. Esta é a razão de que não se encontre nenhuma angústia no bruto, precisamente porque este, em sua naturalidade, não está determinado como espírito (*Ibid.*: 88).

Podemos ver assim marcada a articulação da angústia com o momento de ameaça à estrutura, à conta-por-um. Didier-Weill (1998: 15), no mesmo sentido, chama a nossa atenção para o fascínio que causa a luta envolvida na transformação de uma pessoa em monstro nos filmes de terror, e não a transformação completa (como comumente se pensaria): é preciso que haja algo estruturado que esse “instante de indecisão” aterrorize como transbordamento de um excesso.

Nesse sentido, é importante marcar que o objeto como não extraído não é o “monstro”, resultado final da derrocada integral da conta-por-um. Podemos dizer que a prática raramente se depara com isso. O objeto é mais bem aquilo que se mostra de banda, que se insinua episodicamente, uma vez que as vacilações da conta-por-um se apresentam via de regra como uma pulsação: abre-se uma hiância, “o que se produz nessa hiância [...] se apresenta como um achado” (LACAN, 1964: 30), e a conta-por-um volta a se restabelecer. Esse achado é um achado que se repete, que está articulado à repetição, repetição que leva o estilo do objeto relativo à zona erógena de que se trata: estilo oral, anal, vocal ou o olhar.

Não é sem tempo lembrar que em todo esse nosso desenvolvimento sobre a estrutura como conta-por-um e a sua ameaça pela emergência de um excesso como paradoxo – ou seja, a forma como apresentamos a estrutura significativa, o sujeito e o objeto a –, bem como a maneira como situamos a angústia nessa emergência, em tudo isso, é à estrutura em jogo na neurose que nos referenciamos visando elucidá-la. Muitos ajustes seriam necessários a esse modelo para que ele servisse também a dar conta da psicose, de modo que não temos por objetivo trilhar esse caminho.

2.6

O anarmônico

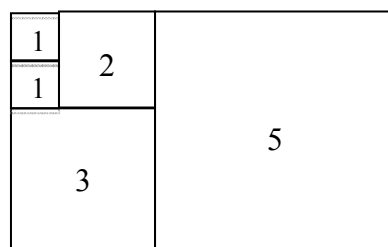
A experiência freudiana mostra como não se consegue contar o Outro por um nem contar-se a si mesmo por um, nem fazer um de duas pessoas e nem fazer dois de duas pessoas. Há sempre $(1+a)$ na situação. Lacan lança mão da divisão anarmônica (aula de 10/05/1967) como metáfora da inexistência dessa complementaridade ou da inexistência do ato sexual, “no sentido em que este faria a conjunção, sob uma forma de repartição simples, aquela evocada pela técnica usual do serralheiro, das chamadas peça macho ou peça fêmea” (PORGE, 1999: 129).

Esse desenvolvimento nos leva de volta ao “número de ouro”, que abordaremos de forma mais simples através da *série de Fibonacci*. A denominação “de ouro” provém de um retângulo de medidas especiais (M, m) , um tal que se à sua largura for adicionado um quadrado com lado igual ao comprimento do retângulo original (M, M) , o retângulo assim obtido, aquele representado pelo perímetro da figura obtida $(M+m, M)$, terá as mesmas propriedades do original. Ou seja, vale que:

$$\frac{\text{comprimento}}{\text{largura}} = \frac{M}{m} = \frac{(M+m)}{M}$$

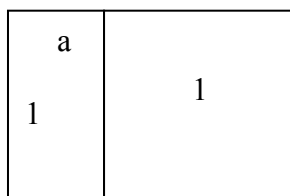
Não é difícil notar que essas duas frações correspondem ao cálculo da razão entre termos consecutivos de uma série $(m, M, (M+m), \dots)$ formada por uma relação do tipo $x_n = x_{n-1} + x_{n-2}$, relação que gera, por exemplo, a *série de*

Fibonacci: 1, 1, 2, 3, 5, 8, 13, ... – na qual cada novo termo é a soma de seus predecessores imediatos e tendo os dois primeiros números da série como dados (1 e 1). Geometricamente, se o primeiro retângulo tiver dimensões $m = 1$ e $M = 2$, o que equivale a dois quadrados de lado 1 – exatamente os dois primeiros termos da série –, o lado de cada quadrado adicionado a cada passo na obtenção de novo retângulo de ouro será um novo termo da série de Fibonacci:



É possível construir paralelamente uma série composta das razões $(x_{n+1})/x_n$. Sobre essa série Dedekind diria que ela possui um limite correspondente a um corte irracional igual a $(\sqrt{5}+1)/2$, que é o número de ouro (ϕ) para o qual tende a série.

Lacan faz do objeto a o inverso de ϕ : um irracional menor do que 1. Sendo assim, pode-se fazer a mesma construção tomando como passo base um retângulo de ouro de lados $M = 1$ e $m = a$:



O a representa a criança que, como produto da relação dos pais, deverá se confrontar, em suas relações futuras, com a unidade evocada pela suposta união complementar mãe-criança (o 1 do 1º retângulo). Segue-se que a medida entre o a e essa unidade não é inscritível no campo das razões, uma vez que decorre das proporções que a encontra uma definição recursiva, qual seja $a = 1/(1+a)$, que pode ser escrita como $a = 1/(1+(1+...))$. Essa repetição de uns que dá a série de significantes à *Fibonacci* são os significantes que tentam representar o sujeito como contado-por-um em uma relação sexual (*Ibid.*: 131). Uma vez que os

significantes podem ser tomados como termos naturais da série de Fibonacci, Lacan utiliza esse desenvolvimento para mostrar que *a* corre “por baixo” da série significante, insinuando-se a cada passo do deslizamento significante, só sendo representável na série das razões por uma lacuna que corresponde ao irracional $(\sqrt{5}-1)/2$ ²⁸.

2.7

A letra

Em seu vigésimo seminário Lacan nos recomenda ler Joyce para notarmos que naquela escrita esquisita o significante vem recheiar o significado dando como resultado algo enigmático que é da mesma ordem do que se verifica nos lapsos (LACAN, 1972-73: 42). Chama a atenção assim para a dimensão da letra, o que há de mais concreto em uma fala mas que deve permanecer oculto para que a linguagem cumpra sua função de transmissão de mensagens (VIEIRA, 2007: 137). É mais ou menos como ouvir algo em sua língua como se ouviria em uma língua que não se conhece: quem não teve a experiência de curtir as músicas americanas sem sabê-las traduzir? Quando aprendemos seu significado, isso quer dizer que perdemos, deixamos de fruir, de seu borrão de tinta ou de seu som (*Ibid.*: 114).

A emergência da letra então é comparável à do objeto *a*. Um finado professor e amigo nos disse uma vez que quando a língua da namorada parece um bife invadindo e dançando dentro de sua boca, está na hora de pedir as contas: afinal, ou a anatomia ou a história de amor (*Ibid.*: 137).

²⁸ A possibilidade da determinação do valor do objeto *a* que esse desenvolvimento pode sugerir é questão que será abordada no capítulo 3.